

Educação, trabalho e bem-estar

José Flávio Pereira

Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
e-mail: rsetoguti@wnet.com.br

RESUMO. O papel da educação como instrumento promotor de desenvolvimento econômico, de bem-estar e de transformação social vem sendo exaustivamente debatido nos programas de governo, no parlamento, nas universidades, nos sindicatos de trabalhadores e nas associações empresariais. Este artigo apresenta um inventário desse debate bastante atual que tem, no entanto, suas raízes fincadas no século XIX, nas obras dos economistas políticos John Stuart Mill e Alfred Marshall.

Palavras-chave: Educação, bem-estar, trabalho, emprego, transformação social.

ABSTRACT. Education, labor and welfare. The role of education as a promoting instrument of economic growth, welfare and social changes has been exhaustively debated in government programmes, in the parliament, at universities, in labor unions and entrepreneurial associations. This article provides an inventory of this current debate, which actually dates back to the 19th century, in the works of the political economists such as John Stuart Mill and Alfred Marshall.

Key words: Education, welfare, labor, job, social changes.

O papel da educação como instrumento promotor de bem-estar e de transformação social vem sendo exaustivamente debatido nos programas de governo, no parlamento, nas universidades, nos sindicatos de trabalhadores, nas associações empresariais, nas igrejas, etc. Observam-se, nesse debate, três perspectivas.

Primeira, aquela que julga a educação formal como um importante instrumento de mudança de valores socioculturais e de melhora do padrão de bem-estar da população.

Segunda, aquela que restringe a eficácia da educação, valorizando-a apenas como um instrumento de capacitação técnica da população.

Terceira, aquela que vislumbra o bem-estar somente a partir da associação entre educação formal e políticas públicas mais abrangentes de emprego e distribuição de renda.

O objetivo deste trabalho é mapear tal debate, tomando como ponto de partida da discussão as reflexões de John Stuart Mill (1806-1873) e Alfred Marshall (1842-1924), que foram os primeiros pensadores a se debruçarem sobre a questão da relação entre educação, trabalho e bem-estar.

Nas obras desses dois economistas políticos, a educação é valorizada de duas maneiras: como

instrumento de capacitação técnica e como instrumento de “formação da mente”, de acordo com determinados valores morais importantes para o funcionamento e aperfeiçoamento da sociedade. Em ambos os casos, a educação funciona como um instrumento de promoção de bem-estar social: ao capacitar tecnicamente o trabalhador, ela aumenta a produtividade e os lucros da indústria nacional, cria novas oportunidades para o trabalhador e permite-lhe auferir um salário maior; ao difundir, entre os trabalhadores e entre os que os dirigem, o bom senso, a prudência, a disciplina, a boa fé, a probidade, ou seja, uma ética que valorize a disciplina no trabalho, respeite as convenções contratuais e prepare a população “para formar um juízo prático sadio sobre as circunstâncias que a cercam”, cria-se um ambiente cultural e político favorável e estimulador do funcionamento da estrutura comercial-produtiva e das demais instituições da sociedade (Mill, 1983 e Marshall, 1983).

É Stuart Mill quem frisa a importância da educação como disseminadora de bom senso ou “juízo prático sadio” entre os trabalhadores, bom senso esse que, entre outras coisas, pode levá-los a

perceber que a solução para o desemprego depende, também, de sua continência na procriação de filhos¹.

Apesar das mutações sofridas pela sociedade industrial desde a época desses dois economistas políticos, eles continuam, ainda, a exercer grande influência na atualidade. Assim, nas décadas de 1980-90, com o advento das novas condições mundiais da concorrência ditadas pela globalização e pela chamada Terceira Revolução Industrial, a educação, ou seja, a teoria do capital humano na linha de Stuart Mill e Alfred Marshall, volta a ocupar um lugar importante na formulação de projetos de reforma social, nos trabalhos de estudiosos, nos estudos de associações empresariais e nos discursos de estadistas. Investir em capital humano passa a ser uma das principais armas propostas para aumentar o poder de concorrência da produção nacional no mercado internacional e para resolver o problema da pobreza, da exclusão social e do desemprego, que assola a maior parte dos países no momento histórico atual.

Essa linha de argumentação aparece, por exemplo, nas publicações e documentos recentes de associações empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp e a Confederação Nacional das Indústrias-CNI. Nesses textos, percebemos que o investimento em capital humano é justificado basicamente como instrumento de “formação de competência econômica na população mais jovem e pobre”. Essa competência seria, na ótica do empresariado, o objetivo prioritário a ser atingido, já que dela viria a solução para vários problemas da sociedade brasileira: diminuiria a desigualdade na distribuição de rendas, reduziria a “grande massa de trabalhadores inempregáveis” e, finalmente, removeria um forte fator de estrangulamento do processo de desenvolvimento econômico, que é a oferta reprimida de mão-de-obra qualificada (Zockun, 1990 e CNI, 1997).

Porém, na ótica do empresariado ligado a essas duas entidades de classe, a educação não tem muita eficácia quando se trata de colocá-la a serviço de uma mudança sociocultural, que reorienta os homens de um comportamento dependente, indolente e passivo, próprios de uma sociedade paternalista e

protecionista, para um comportamento mais independente, ativo e diligente, que deve vigorar numa economia mais aberta e livre (Zockun, 1990). Sendo assim, uma outra *pedagogia* deve ser adotada para mudar os traços socioculturais:

A transformação de uma cultura protecionista em uma cultura competitiva exige muita engenharia social e política. [...]

Lutar formalmente contra uma tradição cultural é nadar contra a maré. A estratégia para a liberalização da economia sugere que se use a força cultural em outra direção. [...]

Será absolutamente essencial ter uma boa pedagogia a respeito dos ganhos de uma economia mais livre e do colapso iminente da situação atual.

A sociedade necessitará ser mobralizada nesse campo. Não só os agentes econômicos, mas o próprio povo precisa ser chacoalhado por duas forças: uma dramática, apontando o fim da festa; outra, construtiva, indicando a saída segura da liberalização da economia. Ou seja, uma combinação de medo e esperança. Pelo que está aí, não será preciso exagerar a realidade para difundir o medo. O risco de crise cambial, hiperinflação, capacidade ociosa e grave recessão não está afastado (Zockun, 1990:257, 258).

Todavia, apesar de polêmico e controvertido o último aspecto não é o principal ponto de discórdia entre os interlocutores que participam do debate atual sobre as funções da educação. A discussão esquenta justamente quando se trata de considerar a educação como instrumento de capacitação técnica dos trabalhadores e da população em geral e de identificar as causas da baixa produtividade da economia brasileira, do desemprego, do baixo salário, etc.

Muitos estudiosos julgam que a maneira como as associações empresariais colocam a questão faz com que se atribua, mesmo que não seja explicitamente, a responsabilidade das mazelas da economia à incapacidade dos trabalhadores, quando, em verdade, eles seriam vítimas de uma política econômica e de emprego perversa e equivocada.

Temos, por exemplo, a posição de Cláudio Dedecca, que diz o seguinte:

Para aqueles que participam com maior distanciamento desse debate (sobre o desemprego), pode-se ter a impressão que o desemprego decorre da má qualificação do trabalhador brasileiro em um contexto de reorganização econômica da base produtiva nacional em um mundo globalizado. A situação de desemprego é, assim, explicada pela reestruturação produtiva e pelas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro. Transfere-se para esse a responsabilidade de estar desempregado e de resolver essa situação desfavorável (Dedecca, 873:1998).

¹ A contribuição de Mill acerca desta questão é reconhecida em um estudo recente: “É essencial notar que, apesar de Mill considerar de grande importância o acesso universal à educação formal, a idéia de educação aqui esboçada é bem mais abrangente. Aprimorar (ou educar) a natureza humana significava, para ele incentivar, entre outras características, a prudência, a responsabilidade, o autocontrole, a diversidade e a originalidade, a energia de caráter, a iniciativa, a autonomia, o cultivo intelectual, a sensibilidade estética e os interesses não-auto-referentes” (Mattos, 1999:397).

Disposto a problematizar a questão, esse autor diz que é um equívoco tentar atribuir a responsabilidade do desemprego à própria incapacidade do trabalhador. É um equívoco, porque se esquece, assim, de que as próprias “empresas pouco privilegiam os programas de qualificação e os novos métodos de gestão de mão-de-obra” (Dedecca, 1998: 884). Além disso, acrescenta que a reorganização produtiva no Brasil acontece num mercado de trabalho que não é organizado

por acordos coletivos que permitam um controle do uso social da força de trabalho, mas num mercado de trabalho heterogêneo onde a precariedade é uma marca constante de sua estrutura e o controle social sistematicamente incipiente (Dedecca, 1998: 884).

Na realidade, segundo Dedecca, no Brasil, não existem “instituições que possam favorecer a qualificação da estrutura ocupacional” (Dedecca, 1998:885).

Percebe-se, assim, que esse autor aceita a tese de que a ausência de qualificação é um problema real do trabalhador brasileiro (embora não seja ele o culpado por isso), o que justificaria a “implementação de ações que visem combater o baixo perfil de qualificação da força de trabalho nacional...” (Dedecca, 1998:884).

Existem, no entanto, estudiosos que tentam ir além dessa visão, tentando mostrar que o desemprego brasileiro deveria ser explicado não apenas pelas características normativas do mercado de trabalho, como mostra Dedecca, nem pela “rigidez do salário real” ou pela “adoção de novas tecnologias”. Esse é o caso de Rosana Ribeiro, quem associa o desemprego a um contexto sócio-econômico maior e mais complexo:

A tentativa de explicar o desemprego através da rigidez do salário real ou da adoção de novas tecnologias revela-se insuficiente. A elevação do desemprego na atualidade somente poderá ser explicada a partir de uma reflexão sobre a Nova Ordem Econômica Internacional (Ribeiro, 1998:920).

Nesse intuito de aprofundar e alargar a discussão, Ribeiro relaciona o desemprego a outro fator: a dificuldade de valorização produtiva “para a enorme massa de riqueza atualmente circulando” no mundo, o que leva o capital a valorizar-se cada vez mais na esfera financeira. Assim, segundo a autora, a nova Ordem Econômica Internacional “claramente desfavorece a criação de novos empregos, pois a principal forma de valorização da riqueza encontra-se na órbita improdutiva” (Ribeiro, 1998:923).

Para a pesquisadora, o desemprego seria um fenômeno sócio-econômico mais complexo, cuja

causa deveria ser buscada principalmente nas mutações da economia mundial, que passaria, a partir de 1970, e de maneira diferenciada entre os países, por um processo de desindustrialização:

Para os países industrializados, o emprego industrial declinou de 28% em 1970 para 18% em 1994. (...) Paralelamente, a queda do emprego industrial ocorreu um aumento do emprego no setor de serviços. Nos EUA, o percentual de empregados no setor de serviços aumentou de 56%, em 1960, para 73%, em 1994 (Ribeiro, 1998:923).

Segundo ainda Rosana Ribeiro, o crescimento do setor de serviços nem sempre significa exigência de uma qualificação maior do trabalhador:

Cabe observar que o emprego nos serviços pessoais cresce inclusive nos países avançados. A maioria dos empregos neste subsetor exigem baixa qualificação da mão de obra e se caracterizam por baixos salários. Isto evidencia a deterioração das condições de trabalho para os empregados que saem da indústria e são transferidos para os serviços sociais (Ribeiro, 1998:928).

Observa-se, pelas reflexões dessa autora, que o desemprego não poderia ser relacionado fundamentalmente à baixa qualificação, à rigidez do salário ou à maneira como se organiza o mercado de trabalho. O desemprego teria, sim, que ser discutido à luz das novas condições históricas da produção mundial, que não somente elimina postos na indústria, mas também aloca os desempregados no setor de serviços, exigindo-lhes não uma educação técnica aprimorada, mas, sim, uma capacidade técnica bastante precária e limitada.

A constatação de Rosana Ribeiro de que nem sempre o setor de prestação de serviços exige um trabalhador qualificado vai na mesma direção da idéia de outro economista, Eduardo Maldonado Filho. Esse autor contesta a tese de que esteja havendo um “hiato de qualificação” nas economias industriais, entre o que é oferecido pelos trabalhadores e o que é exigido pelas empresas (Maldonado, 1998:281). Ele afirma que, mesmo na economia norte-americana, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho dos EUA, de cada dez novas profissões em crescimento nos EUA, apenas três exigem um grau maior de qualificação do trabalhador (Maldonado Filho, 1998:281).

É preciso observar, todavia, que esses dados, dos quais lança mão Eduardo Maldonado para provar a não existência do hiato de qualificação, não provam que a exigência de qualificação esteja totalmente descartada na economia atual. De fato, existem atividades ou profissões que continuam a exigir alto

grau de qualificação do trabalhador, como a do engenheiro, programador de computador, etc.

Nessa linha de argumentação, Adriano Batista Dias discute, por exemplo, a situação dos países periféricos, como o Brasil, tentando mostrar a necessidade de um nível elevado de educação formal do trabalhador nos processos produtivos dominados pelo paradigma microeletrônico:

Nos processos produtivos típicos do paradigma microeletrônico há, praticamente, a exclusão dos que não tenham o elevado nível exigido de educação formal (...) O alto nível de exigência e a exclusão dele derivado se dão nos mais diversos tipos de trabalho: na concepção, desenvolvimento, produção e mesmo manutenção dos equipamentos; na operação dos equipamentos; na participação em equipes de uma unidade de produção e no relacionamento entre empresas participantes de redes; e, como marca diferenciadora dos avanços anteriores, a microeletrônica, dirigindo-se a aumentar a eficiência do trabalho intelectual, tem forte impacto nas atividades administrativas (Dias, 1998:435).

Para comprovar sua tese, Dias compara as taxas de crescimento econômico dos países centrais, possuidores de alto nível de educação formal, às taxas dos países periféricos, com população de baixo índice de escolaridade:

A taxa média de crescimento do produto nacional dos países centrais situa-se, como marco histórico, na ordem de grandeza dos 3 a 4%. A taxa de crescimento do produto nacional dos países periféricos com população de baixo nível médio de educação tende a apresentar uma ordem de grandeza inferior, algo que pode ser tomado como na ordem de grandeza de 1 a 2%. (Dias, 1998:442).

Pudemos observar, até aqui, que predomina, entre esses autores, a tese de que a educação é um elemento solucionador de várias mazelas da sociedade contemporânea, como o baixo grau de crescimento econômico, do desemprego, do salário baixo, da baixa produtividade, da miséria, etc. Garantir uma melhor educação básica para o conjunto da população e uma educação técnica mais aprimorada para os trabalhadores pode ser a luz no fim do túnel no sentido de se garantir maiores taxas de crescimento econômico, maior inserção da população produtiva no mercado de trabalho, de garantir, enfim, um maior bem-estar para o conjunto da população.

Rosana Ribeiro, como vimos, constitui a única exceção a essa visão da questão quando nos alerta de que as causas do desemprego não podem ser explicadas unicamente a partir da rigidez do salário real ou da adoção de novas tecnologias, mas devem também, ser analisadas à luz da Nova Ordem

Econômica Internacional, que tem como singularidade a valorização financeira e não produtiva do capital. Notamos, assim, que essa autora abre a perspectiva de uma ampliação do debate, a qual já aparece na análise de muitos economistas, sociólogos e pedagogos.

Para Vanilda Paiva, por exemplo, as transformações no âmbito da organização e administração da produção evidenciam que a economia capitalista atingiu uma nova fase, na qual um dos principais objetivos do Estado do Bem-Estar, o pleno emprego da força-de-trabalho assalariada, seria praticamente impossível de ser atingido pelo caminho tradicional. Essa estudiosa aponta que a solução para o desemprego e para a exclusão social passaria pelo apoio e incentivo às formas produtivas alternativas, como o auto-emprego e a pequena produção (Paiva, 1991).

Por isso, segundo a autora, a educação teria que atuar não apenas na qualificação do trabalhador empregado formalmente, mas também na formação do pequeno produtor e, ainda, na formação do desempregado ou excluído, de maneira a ajudá-lo a desenvolver sua própria auto-atividade. Estaria implícita aqui a idéia de uma educação que objetive oferecer, inclusive, uma formação cultural e ética no sentido de estimular uma mudança de valores e expectativas do cidadão, de modo a prepará-lo para entender e agir no interior da nova realidade histórica.

Nesse novo contexto, a educação teria que agir de duas maneiras. Numa delas, abrindo perspectivas de ocupação “do tempo livre daqueles que foram excluídos - ou por aposentadoria com longevidade, ou por exclusão do mundo do trabalho por incapacidade de adaptação às novas condições ...ou por falta de oportunidades suficientes para a nova geração...” (Paiva, 1991:192-193). Na outra, criando condições para que essa “exclusão-incluyente não apenas não se mostre disruptiva da ordem social mas também apresente-se capaz de gerar um novo pólo dinâmico da economia com base em micro-empresas, auto-emprego, capaz de produzir- muitas vezes em base artesanal [...] - os objetos sofisticados e exclusivos que constituem hoje a fonte de lucro e acumulação privilegiada do capitalismo...” (Paiva, 1991:193).

Exigem-se níveis mais elevados de educação na atualidade para que os atingidos pelas mudanças possam “entender plenamente os mecanismos pelos quais a nova ordem econômica os exclui do mercado formal de trabalho” e para que “vejam a chance social que ela representa” (Paiva, 1991:193). Mais educação é necessária, ademais, para que os

excluídos do mercado formal de trabalho saibam aproveitar todas as possibilidades que a nova situação apresenta em termos do desenvolvimento de inúmeras novas atividades relacionadas ao tempo livre e ao lazer (Paiva: 1991:193).

Percebemos, assim, que a educação, na ótica dessa autora, tem uma dimensão mais ampla e profunda, significando, além da reciclagem técnica do trabalhador formal, que é exigida pelas transformações produtivas, uma “formação contínua” do cidadão no sentido de ensiná-lo a melhor aproveitar o tempo livre e o lazer (Paiva, 1991:193).

Tal enfoque da relação entre educação e bem-estar, como se vê, dá-se dentro de um horizonte teórico mais amplo. Vanilda Paiva procura levar a discussão por um caminho que, embora não esteja ainda muito explorado, já vem sendo trilhado há tempos por alguns estudiosos.

Jeremy Rifkin é um desses autores que desenvolvem uma discussão avançada a respeito da relação entre emprego-educação-bem-estar nas condições históricas atuais dos países mais desenvolvidos industrialmente. Para Rifkin, não adiantaria retrainar trabalhadores para ocupar os relativamente escassos cargos de alta tecnologia científica, visto que a fabricação de novos produtos exigirá cada vez menos trabalhadores para montá-los, produzi-los e entregá-los. Fato esse que fará decrescer continuamente o nível de desemprego. Segundo ele, a saída para a crise econômica e social dos países avançados, estaria na construção de um novo pacto social (Rifkin, 1996).

Ao propor esse novo pacto social, Rifkin parte do seguinte pressuposto. O enfraquecimento do Estado e dos mercados na vida das pessoas atingirão os trabalhadores de duas maneiras: primeira, os que permanecerem empregados sofrerão uma redução da jornada de trabalho, aumentando o tempo livre, que poderia ser gasto com lazer e entretenimento; segunda, os desempregados e subempregados estarão, em número crescente, engrossando o exército de pessoas vivendo à margem da sociedade (Rifkin, 1996).

A saída estaria na redução da jornada de trabalho, das horas extras e do crescimento do trabalho naquilo que Rifkin chama de terceiro setor de atividade. Em outros termos, a idéia seria aproveitar o maior tempo livre dos empregados e a ociosidade dos desempregados para atividades direcionadas à “reconstrução de milhares de comunidades e criação de uma terceira força que floresça independente do mercado e do setor público” (Rifkin, 1996:263).

A implementação e o crescimento desse terceiro setor de atividades dependeriam de medidas econômicas e educativas que conduzam e estimulem as pessoas a prestarem serviços comunitários.

Uma primeira medida seria o governo incentivar os trabalhadores a prestar serviço comunitário junto a organizações ou empresas “legalmente isentas de impostos”, de maneira que para cada hora de trabalho comunitário haveria uma determinada isenção de impostos (Rifkin, 1996).

Numa segunda medida, ao invés de pagar o seguro-emprego, o estado pagaria um salário social para os trabalhadores que aceitassem ser retrainados e empregados no terceiro setor. Como complemento, seriam concedidas isenções fiscais para instituições sem fins lucrativos para ajudá-las a recrutar e a treinar os pobres e desempregados para os cargos existentes em suas organizações.

Na proposição dessa segunda medida, podemos perceber uma preocupação mais enfática de Jeremy Rifkin com um trabalho educativo a ser desenvolvido junto aos excluídos e desempregados, visando garantir-lhes um certo padrão de bem-estar e novas perspectivas para o futuro. Assim, através desse salário social, o estado estaria ajudando “a educar os jovens, a resgatar a vida familiar e a construir um senso de confiança mútua no futuro” (Rifkin, 1996:281).

Numa terceira e última medida, o estado teria que redirecionar os gastos do setor público com os problemas sociais considerados prioritários, para que seja possível atender à crescente massa de desempregados e excluídos que afluiriam para o terceiro setor. Em outras palavras, seria preciso aumentar a receita para o terceiro setor, através de três iniciativas: substituição das burocracias do serviço social por pagamentos diretos às pessoas que realizam trabalho comunitário, diminuição dos gastos em programas de defesa nacional e eliminação de subsídios desnecessários para empresas transnacionais (Rifkin, 1996).

Se observarmos atentamente, iremos perceber que, embora as propostas de Rifkin objetivem resolver um dos problemas mais graves da Sociedade Pós-Industrial, o desemprego, elas são de uma natureza marcadamente reformista, razão pela qual não podem atacar os problemas sociais pela raiz. Os limites de projetos sociais como esse ficam expostos quando os comparamos com as visões de outros autores atuais que tentam também entender os problemas de nossa sociedade e apresentar as possíveis saídas. É o caso de Domenico De Masi, que considera ilusórias as tentativas de criar postos de trabalho numa sociedade pós-industrial como a

atual, em cujo interior o progresso em todos os níveis torna a população ativa “sempre mais numerosa e mais velha”. O que deveria ser feito, segundo ele, seria uma remodelação social que possibilitasse “planejar a libertação do trabalho”. Isso, porém, somente será pensado “quando todos tiverem plena consciência de que os esforços para aumentar os empregos” foram superados (De Masi, 1999:11).

Tal “libertação do trabalho”, que irá caracterizar a sociedade pós-industrial, apresenta algumas peculiaridades, segundo De Masi. Supondo que as máquinas farão todo o trabalho físico e boa parte do intelectual do tipo executivo, o homem guardará para si o monopólio da atividade criativa *que*, “por sua própria natureza, dá muito menos margem do que a atividade industrial para a alocação de tarefas e para a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre”. Ao contrário do desemprego existente no momento, geralmente acompanhado da miséria e da marginalização, “a libertação do trabalho admite formas de vida muito mais livres e felizes”. Os resultados de tudo isso serão “uma riqueza mais bem distribuída, uma autodeterminação sobre as tarefas, uma atividade intelectual mais rica em conteúdos, maior importância dada à estética, à qualidade de vida, e maior espaço para a auto-realização subjetiva” (De Masi, 1999:11-12).

Para que tudo isso se torne possível é preciso, todavia, que existam pessoas “altamente motivadas, para realizar tarefas criativas, e qualificadas, para gerir sozinhas o próprio tempo, reduzindo ao mínimo as barreiras burocráticas à criatividade”. Isso implica, completa o autor, em reeducar toda a população “não só para o trabalho [tradicional] do qual se está libertando, mas também para as atividades criativas”, ou seja, para o ócio “ao qual terá de se acostumar”.

Ao fim, portanto,

Quando a verdadeira medida da riqueza não for mais o dinheiro disponível para o próprio consumo do supérfluo, mas o tempo do qual se dispõe para atividades livremente escolhidas, quando formos educados [...] para desfrutar intensamente das pequenas alegrias da vida diária e transformar minutos que passam em momentos que duram, então os problemas do emprego e do desemprego serão apenas uma feia lembrança e a libertação da fadiga terá se alastrado até abranger a total libertação do trabalho (De Masi, 1999:85-87).

Esses trechos são muito significativos para mostrar um posicionamento atual que vai à raiz dos problemas da sociedade pós-industrial e propõe, conseqüentemente, soluções radicais para os

mesmos. É importante observar que De Masi faz um apelo para que a sociedade realize um esforço cultural, educativo e político, no sentido de libertar totalmente o homem da “escravidão do trabalho”, de redistribuir a riqueza produzida e de reeducá-lo não somente para o trabalho, cada vez mais escasso e desnecessário, mas também para o que ele chama de “ócio ativo e criativo”. Apesar do tom utópico-romântico desse discurso, é necessário reconhecer que ele coloca com muita objetividade o grande drama da sociedade atual, que é garantir para o homem aquela que foi tida até então como sua coisa mais cara, o trabalho, mas que se encontra, contraditoriamente, em extinção. Da forma como De Masi expõe as questões, somos levados a lançar muitas dúvidas se é possível, hoje, colocar em prática aquilo que o documento da Fiesp, comentado anteriormente, propõe, que é resgatar a “ética do trabalho como uma coisa com valor em si mesma” na melhor tradição do princípio puritano, que sustenta ser o trabalho não apenas algo necessário, mas também dignificador e redentor do homem.

Como garantir trabalho ao homem contemporâneo se tal instituição humana acha-se numa crise de existência tão profunda que chega a ser comparada, diante das evidências históricas presentes nos países industrialmente avançados, a um “defunto”, como no exemplo seguinte:

Um defunto domina a sociedade - o defunto do trabalho. Não é apenas uma crise passageira: a sociedade dominada pelo trabalho alcançou seu limite absoluto. Na seqüência da revolução microeletrônica, a produção de riqueza se desvincula cada vez mais do uso de força humana. Quem, nessa sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado supérfluo e está sendo jogado no aterro sanitário social (Grupo Krisis, 1999).

Apesar das diferenças que possam existir entre esses estudos, todos eles alertam-nos de que estamos diante de uma nova e revolucionária época histórica. Isso nos obriga-nos, inevitavelmente, a perguntar qual deve ser o conteúdo da educação geral, seja ela formal ou não, na sociedade pós-industrial globalizada em que vivemos.

Como, pois, ensinar aos jovens, como quer a Fiesp e outros interlocutores, que o trabalho é a mais nobre instituição humana, se boa parte desses jovens que são educados e qualificados não conseguem, como muitas pessoas mais velhas, encontrar trabalho? Como fazer a defesa do trabalho como a primeira e mais nobre atividade humana num momento em que, diariamente, chegam livros e notícias da Europa, mostrando-nos que o desemprego e a preguiça estão virando práticas

instituídas e regulamentadas pelo próprio Estado, o qual, diante do excesso de produtos agrícolas e de trabalhadores, paga o agricultor para que ele não trabalhe a terra e garanta um salário desemprego e outras vantagens sociais aos trabalhadores urbanos excedentes, para que eles se acomodem e continuem a viver indefinidamente na preguiça (Tamer, 1998)?

É, portanto, a consciência desse contexto histórico revolucionário que leva os estudiosos a perguntar se o trabalho e a competência individual, conseguida via educação, poderão continuar a ser considerados, indefinidamente, como critério moral para se regular a distribuição da riqueza e garantir a satisfação das necessidades das pessoas, ou se será preciso adotar outros critérios morais para decidir sobre tais questões (Aznar, 1995). Essas novas condições sociais fortalecem, portanto, um discurso revisionista segundo o qual a educação básica e a qualificação no trabalho não seriam, por exemplo, a varinha mágica capaz de solucionar os problemas do baixo salário, da exclusão social e do desemprego. Devido ao estágio de desenvolvimento da produção mundial, que sinaliza para o fim dos empregos, de profissões e postos de trabalho, o bem-estar somente seria possível, segundo esse discurso revisionista, através de políticas públicas mais abrangentes que possibilitassem não somente o acesso à educação, mas também a distribuição de renda tanto aos que trabalham como aos que não trabalham em decorrência do desemprego crônico da sociedade pós-industrial em que vivemos. Para que isso ocorra, é preciso, todavia, que a sociedade decida se o trabalho pessoal deve continuar a ser considerado o único critério para o usufruto da riqueza e da cidadania, segundo a tradição puritana, ou se é preciso estabelecer outros critérios morais, políticos e econômicos para regular a distribuição dessa riqueza e o acesso a essa cidadania.

Temos já, no Brasil, com o Programa de Renda Mínima idealizado pelo Senador Eduardo Suplicy, uma proposta prática que procura repensar os critérios morais e políticos da distribuição de renda, no sentido de garantir o mínimo de bem-estar ao cidadão, mesmo que ele esteja fora do mercado de trabalho ou receba um rendimento insuficiente enquanto esteja trabalhando. Ciente das contradições da economia pós-industrial, que impossibilita garantir trabalho e bem-estar ao conjunto da população, esse programa procura desvincular o acesso à renda do trabalho pessoal e condicioná-lo à implementação de políticas públicas mais abrangentes de saúde, educação e de distribuição de riqueza (Silva, 1998).

Referências

- AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1995.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Educação a caminho da produtividade. *Indústria e Produtividade*, Rio de Janeiro, n. 303, 1997.
- DIAS, A. B. Educação e desenvolvimento: perspectivas dos países periféricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: EDUFF, 1998. 2 v.
- DEDECCA, C. S. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: EDUFF, 1998. 2 v.
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Geusp, 1999.
- MALDONADO, E. Globalização e neoliberalismo: dois passos para frente ou um passo para trás?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: EDUFF, 1998, 2 v.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Economistas).
- MATTOS, L. V. de. John Stuart Mill, o socialismo e sua utopia liberal. *Estudos Econômicos*, Rio de Janeiro, v. 29, n.3, p. 395-414, 1999.
- MILL, J. S. *Princípios de economia política* (Com algumas de suas aplicações à filosofia social). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Economistas).
- PAIVA, V. Educação e bem-estar social. *Educação & Sociedade*, Campinas, n.39, p. 161-199, ago. 1991.
- PASTORE, J. O desemprego tem cura?. *Revista Tink Tank*, [S. l.], n. 2, 1997.
- RIBEIRO, R. A. A determinação do emprego e a desindustrialização na nova ordem econômica internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: EDUFF, 1998. 2 v.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- SIVA, J. P. da. Renda mínima, trabalho e cidadania: o Projeto Suplicy em debate. *Estudos Econômicos*, Rio de Janeiro, v.28, n. 4, p. 713-725, 1998.
- TAMER, A. Desemprego na França. É uma nova profissão. *Jornal O Estado do Paraná*, Curitiba, 22 fev. 1998. Caderno A, p.3.
- ZOCKUN, M. H. (Coord.) *Proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados; FIESP, 1990.

Received on October 09, 2000.

Accepted on January 15, 2001.